



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6081 - Pôster - XIII Reunião Científica da ANPEd-Sul (2020)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 04 - Estado e Política Educacional

Significações atribuídas à accountability em contexto de regulação educacional por resultados

Aline Bettiolo dos Santos - UNOESC - Universidade do Oeste de Santa Catarina

Elton Luiz Nardi - UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA

Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPq

SIGNIFICAÇÕES ATRIBUÍDAS À *ACCOUNTABILITY* EM CONTEXTO DE REGULAÇÃO EDUCACIONAL POR RESULTADOS

A reconfiguração do setor produtivo marcada pela substituição do modo taylorista/fordista pelo toyotista implicou em novos aspectos no campo econômico e, por conseguinte, no político e no social. Saviani (2013, p. 439), ao refletir sobre a reorganização das escolas e redefinição do papel do Estado, assinala:

Redefine-se, portanto, o papel tanto do Estado como das escolas. Em lugar da uniformização e do rígido controle do processo, como preconizava o velho tecnicismo inspirado no taylorismo-fordismo, flexibiliza-se o processo, como recomenda o toyotismo. Estamos, pois, diante de um neotecnicismo: o controle decisivo desloca-se do processo para os resultados.

A ênfase aos resultados em detrimento dos processos é patrocinada por um Estado redefinido como mínimo, em vista da necessidade, na lógica do neoliberalismo, de gastar menos com o campo social e de reduzir sua ineficiência, seu aspecto centralizador, rígido e burocrático. No Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (BRASIL, 1995), por exemplo, é possível encontrar argumentos em favor da reforma que corroboram o aspecto mínimo do Estado. Conforme consta no documento,

[...] pretende-se reforçar a governança - a capacidade de governo do Estado - através da transição programada de um tipo de administração pública burocrática, rígida e ineficiente, voltada para si própria e para o controle interno, para uma administração pública gerencial, flexível e eficiente, voltada para o atendimento do cidadão (BRASIL, 1995, p. 13).

Cabe destacar que, a despeito do argumento de Estado mínimo, o Estado também é máximo, no sentido de que ele não perdeu seu poder de controle e coerção no processo reformista. Aliás, sob os imperativos neoliberais, o Estado maximiza seu papel de avaliador. Para Afonso (2013), a emergência da avaliação nos países capitalistas centrais em primeiro momento, desde os anos 1980, veio acompanhada pela viragem neoliberal e neoconservadora, e constitui um dos eixos estruturantes das reformas realizadas na administração pública e nos governos.

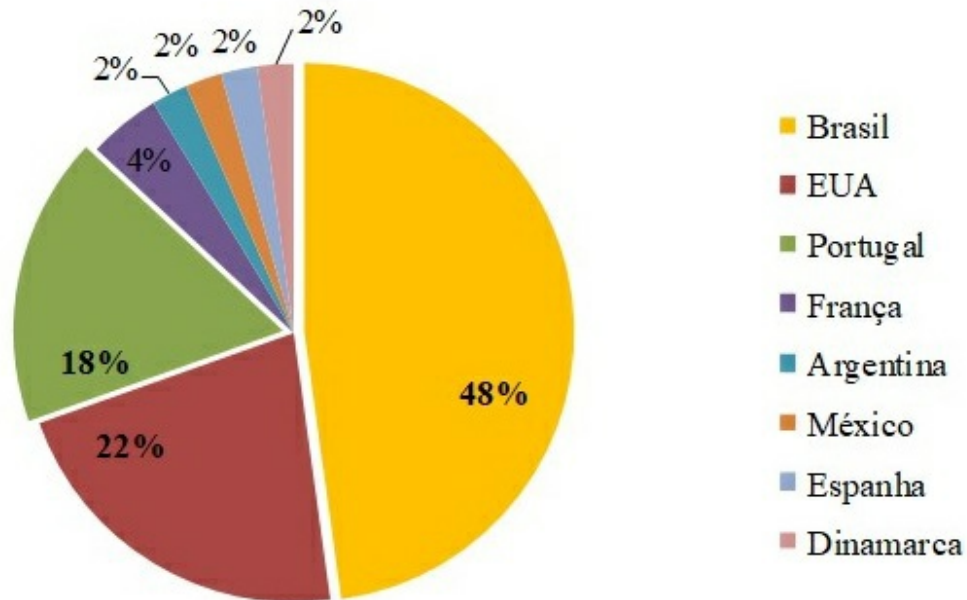
Nessa direção, com a reforma iniciada na década de 1990, que reflete a ascensão de princípios neoliberais no país e a transferência da lógica mercantil para a esfera pública, tornaram-se cada vez mais tênues os limites entre o público e o privado. A regulação educacional também se redefine, ou seja, passa a focalizar os resultados, consoante os princípios neoliberais, com repercussão naquilo que, com base nos estudos de Afonso, entendemos ser dimensões da *accountability* educacional: avaliação, prestação de contas e responsabilização.

Como parte desse debate, o objetivo do trabalho é captar significações que o conceito de *accountability* assume em publicações sobre o tema, datadas de 1990 a 2018, identificadas com a perspectiva de regulação por resultados. O conjunto de publicações aqui examinadas compreende uma mostra do universo de trabalhos levantados no âmbito de uma pesquisa maior, em andamento, na qual se investiga a respeito das políticas públicas de regulação por resultados e o governo democrático da educação básica. Embora o universo de trabalhos compreenda publicações constantes no Portal de Periódicos da Capes e na Base Eric (*Institute of Education Sciences*), a amostra aqui explorada considera produções encontradas no primeiro repositório, no recorte temporal anteriormente indicado.

O conjunto amostral representa 50% de um universo de quase uma centena de trabalhos mapeados no repositório Capes e também no Eric, até 2018, no enquadramento da perspectiva de regulação por resultados. É constituído por 46 artigos selecionados mediante a aplicação associada dos descritores *accountability* e educação.

A fim de captar as significações assumidas pelo conceito de *accountability*, levamos em conta o título, as palavras-chave e os resumos das produções, embora uma leitura flutuante dos trabalhos tenha sido necessária para identificarmos significações do conceito em distintas partes dos textos. Os 46 trabalhos da amostra foram agrupados em dois subconjuntos: de autores nacionais (47,8%) e de autores estrangeiros (52,2%). O Gráfico 1 ilustra esses agrupamentos por país de origem.

Gráfico 1 – Percentual da produção científica relacionada aos descritores *accountability* e educação, segundo a nacionalidade dos autores (1990-2018)



Fonte: elaborado pelos autores (2020).

No que se refere ao debate nacional, em linhas gerais, é possível destacar a significação de uma *accountability* que focaliza a responsabilização, de instituições, diretores, e professores, tendo em conta resultados das avaliações do rendimento escolar dos alunos. Distante da ideia de repensar os processos pedagógicos a partir das avaliações, elas tendem a ser um pilar da *accountability*, bem como, um mecanismo regulatório inscrito na lógica de eficiência e eficácia que coaduna com os princípios neoliberais. Com base em Barroso (2003), entendemos regulação como o ato de coordenar, controlar e exercer influência no campo educativo, assim, as produções desse subconjunto nos permitem sinalizar que as avaliações em larga escala se articulam à responsabilização por resultados, de modo que professores e diretores escolares tornam-se os principais alvos dessa responsabilização. O que se percebe, então, é a necessidade de controle sobre o trabalho desses sujeitos, razão pela qual o trabalho docente é uma das categorias frequentes no conjunto examinado, de que são exemplos os artigos de Silva e Da Silva (2014), Amaro (2016) e Augusto (2013; 2015).

Pelas produções constituintes da amostra, o caráter deletério da *accountability* é vinculado ao debate sobre qualidade da educação pública, à ênfase nas avaliações em larga escala, às redefinições do Estado e ao seu papel de avaliador, aos desdobramentos da Nova Gestão Pública e do gerencialismo e, ainda, à cultura de auditoria que se estabelece no campo educacional em um contexto no qual responsabilização, meritocracia e privatização vêm sendo reforçadas. Conforme Freitas (2012, p. 383, grifo do autor), um tecnicismo que se apresenta, atualmente, “sob a forma de uma ‘teoria da responsabilização’, meritocrática e gerencialista”.

Por outro lado, em produções como de Firpo, Pieri e Souza (2017), Oshiro, Scorzafave e Dorigan (2015), e Brooke (2006), responsabilização e prestação de contas se mesclam para compor o conceito de *accountability*, de modo que os autores assumem posicionamentos favoráveis à responsabilização por resultados. Os dois primeiros artigos foram publicados em periódicos da área da economia, o que nos oferece indícios, juntamente com o conteúdo dos textos em tela, para sublinhar que a qualidade da educação defendida nesses escritos está relacionada às questões de desempenho dos alunos e de bonificação dos

professores como estratégia de melhoria dessa qualidade. No artigo de Brooke (2006), verificamos a defesa de modalidades de responsabilização, com enfoque em professores e dirigentes. O autor também assinala a resistência do magistério em relação às políticas de responsabilização.

O tom favorável à responsabilização por resultados é percebido em cerca de um quarto dos trabalhos de autores estrangeiros, em sua maioria norte-americanos. A defesa da prestação de contas também tende a ser associada à lógica de produção de resultados. Assim, podemos assinalar o apelo à melhoria escolar/educacional como sinônimo de preocupação com qualidade. Como exemplo desse discurso, o artigo de Darling-Hammond, Wilhoit, Pittenger (2014) aborda a recomendação de um tipo de *accountability* que se concentra na aprendizagem significativa, a ponto de preparar os alunos para os estudos universitários, bem como, para suas carreiras profissionais. Encontramos confluência da relação entre *accountability* e aprendizagem significativa no trabalho de Conley (2015), que se baseia em estudos que sustentam a necessidade de mudança nos modelos de avaliação educacional, a fim de promover e avaliar a aprendizagem que possibilite o sucesso na universidade e na carreira profissional.

Embora cientes de que a análise oportunizada pela amostra das publicações não esgota as possibilidades analíticas do conjunto integral de trabalhos levantados, os achados atuais nos levam a considerar que a *accountability* assume diferentes significações. Tendo em conta a perspectiva de regulação por resultados, sublinhamos dois ângulos de leitura e análise do fenômeno. O primeiro, embora com menor recorrência, diz respeito à valorização da *accountability* consoante os padrões do mercado. Já o segundo ângulo focaliza o seu caráter deletério, em que é recorrente a abordagem do modelo de *accountability* alinhado aos princípios neoliberais, no sentido de reforçar o controle sobre os resultados. Assim, avaliação, prestação de contas e responsabilização vão contribuindo para reconfigurar fronteiras entre o público e o privado, com o argumento de que se faz necessário modernizar, para garantir uma pretensa qualidade. Portanto, a *accountability* tende a ser significada consoante a lógica mercantil, em que os sujeitos é que são, em última instância, os únicos responsáveis, seja pelo seu sucesso, seja pelo seu fracasso, em uma sociedade em que as desigualdades sociais se aprofundam.

PALAVRAS-CHAVE: Regulação educacional. *Accountability*. Avaliação. Prestação de contas. Responsabilização.

REFERÊNCIAS

AFONSO, A. J. Mudanças no Estado-avaliador: comparativismo internacional e teoria da modernização revisitada. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 18, n.53, p. 267-284, abr./jun. 2013.

AMARO, I. As políticas de avaliação em larga escala e trabalho docente: dos discursos eficientistas aos caminhos contrarregulatórios. *RIAEE*, v. 11, n. 4, p. 1960-1978, 2016.

AUGUSTO, M. H. A valorização dos professores da educação básica e as políticas de responsabilização: o que há de novo no Plano Nacional de Educação? *Cad. Cedes*, Campinas, v. 35, n. 97, p. 535-552, set./dez. 2015.

_____. Os últimos dez anos de governo em Minas Gerais: a política de resultados e o trabalho docente. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 34, n. 125, p. 1269-1285, out./dez. 2013.

BARROSO, J. Regulação e desregulação nas políticas públicas: tendências emergentes em estudos de educação comparada. In: BARROSO, J. (Org.). *A escola pública: regulação, desregulação, privatização*. Porto: Edições ASA, 2003. p. 19-48.

BRASIL. *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*. Brasília: Presidência da República; Câmara da Reforma do Estado; Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1995.

BROOKE, N. O futuro das políticas de responsabilização educacional no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, v. 36, n. 128, p. 377-401, mai./ago. 2006.

CONLEY, D. A new era for educational assessment. *Education Policy Analysis Archives*, v. 23, n. 8, february. 2015.

DARLING-HAMMOND, L.; WILHOIT, G.; PITTENGER, L. Accountability for college and career readiness: developing a new paradigm. *Education Policy Analysis Archives*, v. 22, n. 86, august. 2014.

FIRPO, S.; PIERI, R.; SOUZA, A. P. Electoral impacts of uncovering public school quality: evidence from brazilian municipalities. *Economia*, v. 18. p. 1-17, jan./apr. 2017.

FREITAS, L. C. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 33, n.119, p. 379-404, abr./jun. 2012.

OSHIRO, C. H.; SCORZAFAVE, L. G.; DORIGAN, T. A. Impacto sobre o desempenho escolar do pagamento de bônus aos docentes do ensino fundamental do estado de São Paulo. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 69, n. 2, p. 213-249, abr./jun. 2015.

SAVIANI, D. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SILVA, K. N. P.; DA SILVA, J. A. A. *Accountability* e intensificação do trabalho docente no Ensino Médio Integral de Pernambuco. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v.9, n. 1, p. 117-140, jan./jun. 2014.